

'Moderados' fazem Ulysses adiar votação do plenário

Janio de Freitas

A imagem do político

A idéia que o político José Sarney faz do político brasileiro é tão ruim, definitivamente, que seria até insultuoso supor que o presidente tinha razão ao dizer, há pouco, estar sua ação sobre a Constituinte baseada "na experiência pessoal de mais de vinte anos de vida parlamentar". Venha ou não daí, a tática de Sarney para tentar no plenário a derrubada do parlamentarismo, aprovado na Comissão de Sistematização, vai insistir na impressão de que no mínimo 280 constituintes, ou a maioria do plenário, são compráveis.

Executor principal desta tática, que até aqui não obteve maior êxito do que fazer do Planalto a sede nacional do fisiologismo, Prisco Viana não assumiu o Ministério do Desenvolvimento Urbano, Habitação e etc., mas assumiu a caixa do ministério. De assuntos referentes à sua pasta não há notícia de que tenha cuidado até agora. Desde que assumiu, porém, não houve um só dia em que não mantivesse entendimentos para atrair ou consolidar, em troca de verbos e cargos, as posições de parlamentares e governadores em favor das pretensões de Sarney. Só em sua breve passagem por Minas, Prisco Viana lançou na praça mais de C\$ 500 milhões, em negócios centralizados pelo governador Newton Cardoso. Sempre a "fundo perdido" — a verba que vai mas não volta. No caso, aliás, é certo que boa parte não voltará nem só a forma do apoio desejado pelo presidente.

Na reunião de quase três horas entre Sarney e correligionários seus no Dia de Finados, para definir os meios de subverter a tendência parlamentarista na Constituinte, ficou também estabelecido que a questão do sistema será sempre tratada, por todos os sarneyzistas, em conexão com as questões econômicas e sociais aprovadas pela Comissão de Sistematização (impedimento às demissões imotivadas, quatro meses de licença para gestantes, 44 horas de trabalho semanais e

outras). A idéia inspiradora foi a de que o interesse nas questões sociais e econômicas levaria empresários e imprensa, para derrubar as concessões aprovadas, a comprometer-se com a derrubada do parlamentarismo.

Se o presidente estivesse convencido de sua maioria no plenário, seus ministros íntimos não estariam dedicados à operação de compra e venda, nem precisando envolver sistema de governo e temas econômicos-sociais para conquistar apoios influentes. E se houvesse presidente não haveria operação de compra e venda.

Preços particulares

Moreira Franco, os empreiteiros com os quais tem acordos e Márcio Fortes, o presidente do BNDES que associa o primeiro e os segundos, não estão com sorte para a realização de seus projetos. Há pouco mais de uma semana, o Tribunal de Contas do Estado do Rio proibiu a concorrência de um trecho do metrô carioca, por evada de irregularidades que permitiam predeterminar os vencedores. Agora sobvém outro tropeço inesperado.

A Empresa de Obras Públicas-E-MOP, estatal encarregada de manter atualizados e oficializar os preços a vigorarem para o mercado de obras públicas, não está querendo editar o seu próximo "Catálogo de Preços". E que estes preços, cumprindo parte do acordo entre Moreira e seus empreiteiros, agora não seriam apenas reajustados segundo os valores atuais de cada material e da mão-de-obra, mas substancialmente postos acima da simples atualização. Depois de longo trabalho, ficou pronta a primeira lista destes novos preços, que a EMOP, no entanto, recusa-se a subscrever, por não ser proveniente de levantamentos e cálculos dos seus técnicos.

A lista chegou pronta à EMOP: foi feita nas empreiteiras Andrade Gutierrez e Mendes Jr.

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

A votação do plenário do Congresso constituinte — que deveria se iniciar hoje, às 14h — será adiada até pelo menos o próximo dia 20, quando a Comissão de Sistematização deverá ter concluído a votação de todo o anteprojeto da futura Constituição, encurtando o prazo original, que previa o encerramento de seus trabalhos apenas no dia 30. A decisão, tomada ontem em reunião do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, com lideranças do PMDB, foi a fórmula encontrada por eles para escapar da perspectiva de um total impasse no andamento dos trabalhos constitucionais. O impasse se desenhou a partir da iniciativa de um grupo de parlamentares auto-intitulados "moderados" de elaborar projeto de resolução para alterar o regimento interno do Congresso constituinte, de forma a que fosse permitida a apresentação, em plenário, de "emendas substitutivas, aditivas e supressivas" a todos os dispositivos do substitutivo que saísse da Sistematização (desde capítulos inteiros até meros incisos). A fase de apresentação de emendas, pelo regimento em vigor, já está encerrada.

O projeto de resolução demora 25 dias para ser apreciado, mas, enquanto estiver tramitando, a decisão dos "moderados" era a de não dar quórum para a votação de qualquer matéria em plenário, o que bloquearia os trabalhos até a definição. Mais ainda: o projeto de resolução prevê que as emendas serão relatadas "oral e conclusivamente, em plenário, pelo relator da Comissão de Sistematização, sendo-lhe vedado apresentar novas emendas". Além disso, o projeto reclama preferência para as emendas a serem apresentadas diretamente ao plenário e declara prejudicadas todas as demais emendas conexas.

Até 18h30 de ontem, o projeto de resolução já fora assinado por 209 constituintes, pelas contas de Ricardo Izar (PFL-SP), faltando, portanto, 71 assinaturas para atingir a maioria absoluta (280 votos), que tornaria a sua aprovação virtualmente inevitável. Ontem à noite, o grupo dos "moderados" estava reunido para afinar a sua estratégia e coletar mais assinaturas de constituintes que estão chegando a Brasília. Dado Coimbra (PMDB-RJ) calculava, à tarde, que o número de assinaturas iria a 250 até a manhã de hoje.

Para facilitar a coleta de assinaturas, os "moderados" desistiram de duas coisas: primeiro, de apresentar um substitutivo integral ao texto do relator Bernardo Cabral e, segundo, de incluir temas políticos na discussão de sua estratégia, como o sistema



Scalco, Jobim, Covas, Cardoso, Arinos, Ulysses e Cabral na reunião que decidiu o adiamento da votação do plenário

STF nega imunidade e aceita denúncia contra deputado

Da Sucursal de Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou imunidade ao constituinte Brandão Monteiro, líder do PDT, e aceitou denúncia de calúnia contra o pedetista apresentada pelo funcionário público José Martins Maia. Segundo o ministro Sydney Sanches, a denúncia foi acolhida porque o episódio se deu antes da eleição de Monteiro.

A decisão do STF está sendo interpretada em Brasília como um precedente perigoso nas relações entre o judiciário e o Congresso constituinte. Parlamentares do PMDB acham que a atitude pode ser um sinal de que o STF poderia decidir aprovar representação que

visasse "melar" o andamento dos trabalhos.

A denúncia contra Brandão Monteiro se origina da época em que ele era secretário de Transportes do Rio de Janeiro e acusou um grupo de servidores do Proderj — Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro — de promover "um derrame de carteiras de habilitação falsas — até mesmo para cegos", segundo o deputado.

O regimento do Congresso constituinte prevê que "os constituintes são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos, no exercício de suas funções em qualquer tempo ou lugar, não podendo ser processados criminalmente nem presos sem licença da Assembléia Nacional Constituinte,

salvo em caso de flagrante crime inafiançável".

Segundo Sydney Sanches, "pela Constituição em vigor, porém, a Câmara dos Deputados pode ainda determinar a sustação do processo e, nesse caso, o STF não pode se opor". Brandão Monteiro, entretanto, disse que abrirá mão de sua imunidade por ter "a maior honra em sustentar denúncia contra um órgão corrompido onde multas contra grandes empresas simplesmente não são programadas", afirmou.

Segundo o deputado, "com sua atitude, o STF rasgou o regimento da Constituinte e se inscreve no rol dos que estão pressionando o nosso trabalho por terem seus interesses contrariados".

de governo, por exemplo. "Nosso grupo tem muitos parlamentaristas", reconhecem, separada mas coincidentemente, Izar e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), dois dos comandantes da iniciativa, na frente parlamentar.

Cardoso Alves admite, também, que se será fácil para o seu grupo obter as 280 assinaturas no projeto de resolução, não haverá a mesma facilidade na hora em que os "moderados" tentarem montar emendas de qualquer natureza aos itens já aprovados pela Sistematização.

Essa hipótese abre a perspectiva de um segundo impasse, além do que representaria a obstrução dos trabalhos em plenário pelos "moderados": se modificado o atual regimento, o trabalho elaborado pela Comissão de Sistematização tornar-se-ia virtualmente inútil e seria necessária uma maioria de 280 votos, no plenário, para aprovar qualquer coisa. E há

um certo consenso, no Congresso, de que não vai haver essa maioria pelo menos para os itens mais polêmicos da futura Carta, que poderia, simplesmente, jamais ficar pronta.

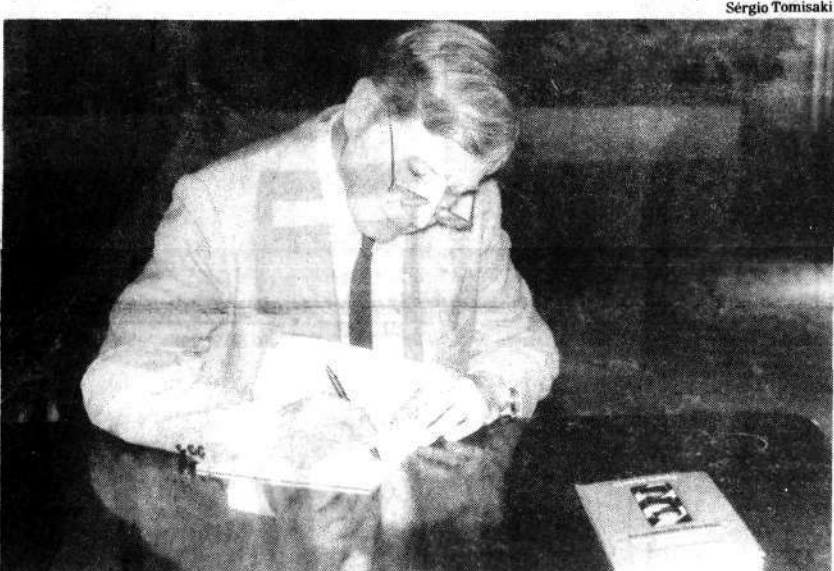
Implicitamente, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, concorda com essa tese. Ao explicar o projeto de resolução, ontem à tarde, ele disse que o grupo preferiu esse caminho para poder obter, só uma vez, a maioria absoluta de 280 votos. "Se fossemos optar pelo caminho de votar destaque por destaque, nos termos do atual regimento, precisaríamos dessa maioria 'n' vezes", ou seja, em cada votação. E com a desvantagem de, em não reunindo a maioria, passar o que já foi aprovado pela Sistematização.

Mesmo precisando coletar uma única vez as 280 assinaturas, o trabalho dos "moderados" não é fácil. Tanto é assim que eles decidiram que só apresentarão o projeto de

resolução se e quando chegarem ao número mágico.

A iniciativa do grupo "moderado" provocou óbvia irritação na cúpula peemedebista e do Congresso constituinte, que se viu obrigada a fazer uma reunião de emergência no final da tarde, no gabinete de Ulysses. Presentes os líderes no Senado (Fernando Henrique Cardoso) e no Congresso constituinte (Mário Covas), senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Sistematização, e os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Antônio Britto (PMDB-PR) e Euclides Scalco (PMDB-PR), além do jurista Miguel Reale Júnior, assessor técnico de Ulysses.

"É o basismo de direita, é a tentativa de fazer a Constituição por decreto-lei", disse Miguel Reale Júnior, retratando o espírito da reunião. Foi nesse encontro que se decidiu pelo adiamento da votação em plenário.



Sergio Tomisaki

Severo Gomes autografa um exemplar do seu livro no auditório da Folha

Severo lança novo livro e diz duvidar de maioria 'moderada'

Da Redação da Folha

Para o senador Severo Gomes (PMDB-SP), 63 — que esteve ontem em São Paulo para o lançamento do seu livro "Companhia Vale do Rio Doce — Uma Investigação Trunca-da", Editora Paz e Terra, 84 págs. —, a tentativa do grupo suprapartidário de "moderados" de alterar o regimento interno do Congresso constituinte não terá sucesso. "Não tem perigo. Eles têm que ter maioria para isso", disse ele, acrescentando que "a maioria deles" se assemelharia à "maioria do Maluf" quando candidato à Presidência da República, em 1984. Ao lançamento do livro, realizado às 20h no auditório da Folha, estiverem presentes, entre outros, o deputado estadual Aluizio Nunes Ferreira (PMDB); o vereador Arnaldo Madeira, líder do PMDB na Câmara de São Paulo; Lawrence Pih, diretor-superintendente do Moinho Pacífico; e o artista plástico Aldemir Martins.

O senador também procurou minimizar a pressão do "lobby" empresarial sobre os constituintes, visando a eliminação da estabilidade no

emprego e da jornada de 44 horas semanais do projeto constitucional. Severo foi relator da Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, acusada de ter pregado posições "avançadas" para o país. Sobre a decisão do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de adiar o início da votação em plenário do substitutivo do relator Bernardo Cabral, Severo não fez qualquer declaração, alegando que não estava "a par do assunto".

Prefaciado pelo cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, o livro do senador é uma espécie de "diário" da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, em 1984, no Senado, "para investigar o risco de perda do controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce pela União". A época, a estatal era presidida por Eliezer Batista, que teria favorecido grupos privados na venda de ações da Vale. Debate com a participação do próprio Severo; Paulo Sérgio Pinheiro; Wanderlino Teixeira de Carvalho, presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos; do jornalista André Gustavo Stumpf e do economista Paul Singer, encerrou o lançamento.

Mudança de regimento é "legítima", diz Frota

Da Sucursal de Brasília

Ao comentar ontem a iniciativa de um grupo de "moderados" do Congresso constituinte de derrubar o substitutivo de relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) através de uma alteração do regimento interno, o porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, disse que "se há possibilidade de mudar o regimento, a maioria pode usar esse recurso". Segundo o porta-voz, o presidente José Sarney "participa do ponto de vista de que se deve lutar para manter o sistema de governo atual, presidencialista, com um Congresso forte".

Ressaltando que não tinha "delegação" do presidente para falar sobre o assunto, Frota Neto disse que "se o regimento permite que seja alterado, nada impede esse procedimento". "O importante é respeitar as regras do jogo", acrescentou o porta-voz, afirmando que Sarney vai continuar trabalhando pela aprovação do sistema presidencialista no

Congresso constituinte, junto com os políticos afinados com o governo.

Frota Neto disse que não tinha "elementos para desmentir" as notícias de que Sarney faria novo pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão para defender o presidencialismo. Entretanto, afirmou que "no momento atual, o presidente não está pensando em convocar qualquer rede de rádio para uma declaração da parte dele".

Segundo o porta-voz, se não forem considerados os parlamentares que ainda não declaram sua intenção de voto, os presidencialistas são maioria no Congresso constituinte. Frota Neto disse que o presidente trabalha com a avaliação de os grandes partidos constituem-se mais em "frentes" que em blocos "modalíticos". Por isso, segundo ele, Sarney busca seu apoio numa "perspectiva suprapartidária". Ele afirmou, também, que um dos entraves à tese presidencialista é a idéia que passa à opinião pública que é uma posição "sarneyzista".

Quércia e Newton apóiam grupo 'moderado'

Da Sucursal de Belo Horizonte

Os governadores Orestes Quércia (São Paulo) e Newton Cardoso (Minas Gerais), manifestaram apoio à articulação do grupo suprapartidário de "moderados" para modificar o regimento interno do Congresso constituinte. A posição foi comunicada ontem, após um encontro de uma hora e meia no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte (MG). "Tem que prevalecer a vontade da maioria", afirmou Quércia, para quem o voto pró-parlamentarista da Comissão de Sistematização pode ser modificado no plenário. Sobre a possibilidade de apresentação pelos "moderados" de um anteprojeto de Constituição, Quércia disse que "o plenário tem o direito e o dever de passar por cima da comissão, se achar preciso". Segundo Newton Cardoso, os dois governadores vão "envidar esforços" para mudar o regimento do Congresso constituinte, de modo a que "o plenário seja ouvido". Essa alteração, para ele, é perfeitamente legal.

Os dois governadores frisaram sua preocupação com o que chamaram de "prevalência da vontade da minoria" no Congresso constituinte. "Não podemos ficar apenas com o trabalho da Comissão de Sistematização. Se



Os governadores Newton Cardoso e Orestes Quércia, após almoço em BH

houver uma maioria de parlamentares que queira um outro caminho, evidentemente essa maioria tem o direito democrático de escolher esse outro caminho", disse Quércia, ao defender modificações no regime interno do Congresso constituinte.

Em sua opinião, o que não pode continuar ocorrendo é "uma comissão impor uma definição". "Queremos é que o plenário decida", acrescentou Newton.

Ambos os governadores afirmaram que, embora partidários do presiden-

cialismo — posição reiterada ontem —, vão acatar e respeitar a vontade "do plenário", caso ele se decida pelo parlamentarismo, a exemplo da comissão. Na avaliação de Quércia, no entanto, o presidencialismo tem muito mais chances que o parlamentarismo em votação no plenário. "Eu acredito que o presidencialismo vença", disse. Ele negou que os governadores pretendam interferir na decisão do plenário sobre a forma de governo, utilizando seu poder de pressão e influência sobre os parlamentares. "Seria muito 'pequeno'", disse Quércia. Segundo Newton, o anunciado "esforço conjunto" se dará no sentido de "convencer nossos companheiros de partido, mostrar-lhes que não será com aventuras que chegaremos no rumo certo".

Quércia e Newton eram defensores do mandato de cinco anos para o presidente Sarney mas não abordaram a duração do atual governo. Indagado se mantinha a preferência pelos cinco anos, Quércia disse que a duração do mandato de Sarney é "irrelevante". "O importante é resolvermos logo esse assunto para podermos tocar o bonde para a frente", disse.

Empresários unificam seus 'lobbies' Projeto 'moderado' beneficia políticos e empresários

Da Sucursal de Brasília

A aprovação da estabilidade no emprego, pela Comissão de Sistematização, foi o principal motivo para que os empresários urbanos e rurais decidissem criar a Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI). Congregando representantes da União Democrática Ruralista (UDR), Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional da Indústria, a FNLI surge para reagir ao que considera "avanços da esquerda" no Congresso constituinte.

O primeiro encontro de lideranças, coordenado pelo presidente da UDR, Ronaldo Caiado, ocorreu no último dia 23, em Londrina (PR). Na ocasião, Caiado afirmava que os empresários não poderiam ficar aguardando decisões de "um governo incompetente". De lá até agora, foram realizadas mais duas reuniões com representantes dos banqueiros, comerciantes, agricultores e industriais, visando unir todas as assessorias parlamentares das diversas entidades e, em bloco, fortalecer o "lobby" em defesa de interesses comuns.

A FNLI realiza hoje um novo encontro. Desta vez para decidir sobre a promoção de concentrações populares para contestar as teses já aprovadas pelo Congresso constituin-

te — e que contrariam o pensamento da livre iniciativa — e mostrar que tem um potencial de votos para as futuras eleições. A FNLI orienta seu trabalho com base no tripé direito de propriedade, economia de mercado e democracia. A entidade quer influenciar na definição do conceito de empresa nacional, tributação, reforma agrária, saúde, educação e comunicação. Em resumo, a FNLI é frontalmente contra a estatização. Segundo Ronaldo Caiado, os "estatizantes" seriam os parlamentares enquadrados como esquerda e os defensores da livre iniciativa seriam os "liberais" ou "progressistas".

A FNLI acredita que possua pelo menos 295 parlamentares simpatizantes de suas propostas. Ontem, o coordenador do departamento jurídico da FNLI, Fernando Vergueiro, disse que dos quase 1.500 destaques apresentados para a fase de plenário do Congresso constituinte, cerca de trezentos — para os títulos I (Dos Princípios Fundamentais) e II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais) — contemplam as pretensões dos empresários. Ele qualificou o fato como um grande avanço dos empresários urbanos e rurais que, em tão pouco tempo de união, conseguiram garantir 25% dos destaques para o plenário.

Moderados

O trabalho da FNLI não se limita a

coordenar as atividades das diversas assessorias parlamentares. Seus integrantes entendem que a maior parte dos parlamentares do Congresso constituinte são "moderados", mas que esse grupo ainda não representa a maioria de votos no Congresso. Assim, o trabalho visa também unir essa maioria de parlamentares "moderados".

Na fase de plenário, o grupo dos "moderados" será orientado por cerca de quarenta parlamentares, no máximo, que se afinam com as idéias da FNLI. A entidade não concorda com a possibilidade de os parlamentares apenas homologarem a decisão adotada pelos 93 integrantes da Comissão da Sistematização. Embora não aposte que o "Centro Democrático" obtenha as 280 assinaturas necessárias para alterar o regimento interno, a FNLI acredita que se isto ocorrer a perspectiva de sucesso para suas causas fica mais próxima.

UBE

Todos os integrantes da FNLI estarão amanhã reunidos para o lançamento oficial da União Brasileira de Empresários (UBE), que trará à Brasília, entre outros empresários, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), Mario Amato, o diretor-superintendente do Grupo Votorantim, Antônio Ermirio de Moraes, e o presidente da UDR, Ronaldo Caiado.

Projeto 'moderado' beneficia políticos e empresários

O projeto de resolução que o grupo "moderado" preparou é o produto da coincidência entre dois poderosos lobbies, o do Palácio do Planalto e o das principais entidades empresariais do país. Os constituintes "moderados" negam, sempre, que o Palácio esteja por trás de tudo. Mas o projeto de resolução foi submetido, antes de mais nada, ao assessor parlamentar do Gabinete Civil da Presidência, Henrique Hargreaves. O objetivo central do Palácio é derrubar o sistema parlamentarista de governo, aprovado na Sistematização. Já o empresariado trabalha contra os itens da parte econômico-social aprovados pela Sistematização, especialmente a estabilidade no emprego e o pagamento em dobro das horas extras.

Potencialmente, o lobby empresarial é muito mais poderoso do que o do Palácio, porque mais articulado: há cerca de vinte dias, fundiram-se as assessorias técnicas, parlamentares e jurídicas de todas as grandes centrais empresariais, da Confederação Nacional da Indústria à União Democrática Ruralista, passando pela Fiesp e pela Federação dos Bancos.